

**OCIDENTALMAIS –EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL DE
GESTÃO E EQUIPAMENTOS ECONÓMICOS,
CULTURAIS, DESPORTIVOS E DE LAZER**

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2014

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2014	3
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2014.....	4
• Demonstração individual de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2014.....	5
• Anexo	
1. Identificação de entidade.....	6
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	6
3. Principais políticas contabilísticas.....	7
4. Activos fixos tangíveis.....	10
5. Estado e outros entes públicos.....	10
6. Outras contas a receber	10
7. Caixa e depósitos bancários	11
8. Capital social.....	11
9. Resultados transitados.....	11
10. Fornecedores	11
11. Outras contas a pagar.....	11
12. Subsídios à exploração.....	12
13. Fornecimentos e serviços externos.....	12
14. Outros gastos e perdas.....	12
15. Juros e gastos similares suportados	12
16. Imposto sobre o rendimento do período.....	13
17. Eventos subsequentes.....	13

OCIDENTALMAIS - E. M. - EMPRESA PUBLICA MUNICIPAL

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	31.Dez.14	31.Dez.13
ATIVO			
<i>Activo não corrente</i>			
Activos fixos tangíveis	4		
Total do activo não corrente		0,00	0,00
<i>Activo corrente</i>			
Estado e outros entes públicos	5	1.697,77	1.697,77
Outras contas a receber	6	66.237,54	66.237,54
Caixa e depósitos bancários	7		24,48
Total do activo corrente		67.935,31	67.959,79
Total do activo		67.935,31	67.959,79
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	8	30.000,00	30.000,00
Resultados transitados	9	-3.002,50	3.665,82
Resultado líquido do periodo		-5.409,48	-6.668,32
Total do capital próprio		21.588,02	26.997,50
PASSIVO			
<i>Passivo não corrente</i>			
Total do passivo não corrente		0,00	0,00
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores	10	19.636,01	16.096,01
Estado e outros entes públicos	5	18.366,28	18.366,28
Outras contas a pagar	11	8.345,00	6.500,00
Total do passivo corrente		46.347,29	40.962,29
Total do passivo		46.347,29	40.962,29
Total do capital próprio e do passivo		67.935,31	67.959,79

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

OCIDENTALMAIS - E. M. - EMPRESA PUBLICA MUNICIPAL

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2014	2013
Subsídios à exploração	12		8.914,91
Fornecimentos e serviços externos	13	-5.409,48	-15.185,86
Outros gastos e perdas	14		-396,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-5.409,48	-6.667,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-5.409,48	-6.667,77
Juros e rendimentos similares obtidos	15		
Juros e gastos similares suportados	15		-0,55
Resultado antes de impostos		-5.409,48	-6.668,32
Imposto sobre o rendimento do período	16		
Resultado líquido do período		-5.409,48	-6.668,32

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

OCIDENTALMAIS - E. M. - EMPRESA PUBLICA MUNICIPAL

Demonstração individual de fluxos de caixa
Período findo em 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	2014	2013
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais</i>			
Recebimentos de clientes			
Pagamentos a fornecedores			-8.503,66
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações		0,00	-8.503,66
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos			3.335,47
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		0,00	-5.168,19
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</i>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-24,48	-139,33
Dividendos			
Outras operações de financiamento		-24,48	-139,33
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-24,48	-139,33
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-24,48	-5.307,52
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		24,48	5.332,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período			24,48

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

OCIDENTALMAIS – EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL DE GESTÃO, E. M.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da Entidade

A OCIDENTALMAIS – EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL DE GESTÃO E EQUIPAMENTOS ECONÓMICOS, CULTURAIS, DESPORTIVOS, E DE LAZER, EM, abreviadamente designada por OCIDENTALMAIS, é uma empresa pública de âmbito municipal que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, encontrando-se a sua sede social nas Lajes das Flores.

A Ocidentalmais tem como objecto social, o desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração das áreas de desenvolvimento urbano prioritárias; a requalificação urbana e ambiental; a construção e gestão de habitação social; a construção de vias municipais; e a construção, gestão e exploração de equipamentos desportivos, turísticos, culturais e de lazer, bem como o desenvolvimento, implementação e gestão das actividades conexas.

A Ocidentalmais foi constituída em 19 de Dezembro de 2006, com um capital social de 30.000 euros, subscrito e realizado em numerário pela Câmara Municipal das Lajes das Flores.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2014 as demonstrações financeiras da Ocidentalmais, foram elaboradas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades (NC-ME) aprovada pelo Decreto-Lei 36-A/2011 de 9 de Março, em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação nº 37-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010 de 23 de Agosto.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ são classificados como activos e passivos não correntes.



e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras Ocidentalmais são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 5 anos.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando mais de 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

3.5. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17,5%. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



3.6. Inventários

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.7. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até um ano. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.11. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpra com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projectos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

4. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2014 e de 2013 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2013						
	Saldo em 01-Jan-13	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-13
Custo:						
Equipamento administrativo	7.138,63	0,00	0,00	0,00	0,00	7.138,63
	<u>7.138,63</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>7.138,63</u>
Depreciações acumuladas						
Equipamento administrativo	7.138,63	0,00	0,00	0,00	0,00	7.138,63
	<u>7.138,63</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>7.138,63</u>
Quantia líquida escriturada	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

31 de Dezembro de 2014						
	Saldo em 01-Jan-14	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-14
Custo:						
Equipamento administrativo	7.138,63	0,00	0,00	0,00	0,00	7.138,63
	<u>7.138,63</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>7.138,63</u>
Depreciações acumuladas						
Equipamento administrativo	7.138,63	0,00	0,00	0,00	0,00	7.138,63
	<u>7.138,63</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>7.138,63</u>
Quantia líquida escriturada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	1.697,77	1.697,77
	<u>1.697,77</u>	<u>1.697,77</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	30,19	30,19
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	17.939,44	17.939,44
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	172,71	172,71
Segurança Social	223,94	223,94
	<u>18.366,28</u>	<u>18.366,28</u>

6. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, o salde de outras contas a receber resume-se como se segue:

	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores com saldo devedor	0,00	986,74	0,00	986,74
Outros devedores por acréscimo de proveitos	0,00	64.700,00	0,00	64.700,00
Outros	0,00	550,80	0,00	550,80
	<u>0,00</u>	<u>66.237,54</u>	<u>0,00</u>	<u>66.237,54</u>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>66.237,54</u>	<u>0,00</u>	<u>66.237,54</u>

7. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	0,00	24,48
	0,00	24,48

8. Capital social

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2014 o capital da Empresa era de 30.000,00 euros, integralmente subscrito e realizado em numerário pela Câmara Municipal das Lajes das Flores.

9. Resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2014, a empresa apresentava na rubrica resultados transitados, um saldo negativo de 3.002,50 euros.

10. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Fornecedores conta corrente	19.636,01	16.096,01
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores outros	0,00	0,00
	19.636,01	16.096,01

11. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por acréscimos	0,00	8.345,00	0,00	6.500,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	8.345,00	0,00	6.500,00

12. Subsídios à exploração

Em 2014 não foram recebidos quaisquer subsídios. Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo desta rubrica compreende o subsídio à exploração que ascendeu ao valor de 8.914,91 euros.

13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-14</u>	<u>31-Dez-13</u>
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	5.409,48	12.300,00
Honorários	0,00	2.706,66
Outros serviços especializados	0,00	162,29
Materiais	0,00	16,91
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos (*)	0,00	0,00
Contencioso e notariado	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00
	<u>5.409,48</u>	<u>15.185,86</u>

14. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foram como segue:

	<u>31-Dez-14</u>	<u>31-Dez-13</u>
Impostos	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	0,00	396,82
	<u>0,00</u>	<u>396,82</u>

15. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2014 e de 2013, tinham a seguinte composição:

	<u>31-Dez-14</u>	<u>31-Dez-13</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,55
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,55</u>
Resultados financeiros	<u>0,00</u>	<u>0,55</u>

16. Imposto sobre o rendimento

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultados antes de impostos	-5.409,48	-6.668,32
Imposto sobre o rendimento (a)	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>-5.409,48</u>	<u>-6.668,32</u>

17. Eventos subsequentes

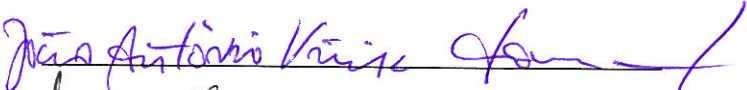
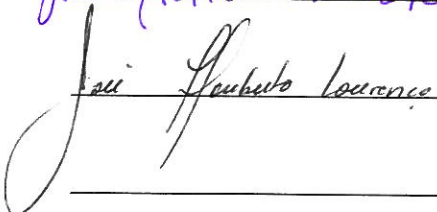
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Lajes das Flores, 7 de Julho de 2015

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Accionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Exas. o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2014.

1. INTRODUÇÃO

A Ocidentalmais é uma empresa totalmente detida pela Câmara Municipal de Lages das Flores.

2. ACTIVIDADE

A actividade da Ocidentalmais tem como objecto o desenvolvimento de acções conducentes à satisfação de necessidades da Câmara Municipal de Lajes das Flores. Desta forma a sua actividade tem como contrapartida a atribuição de subsídios à exploração por parte da Câmara Municipal das Lajes das Flores que no ano de 2013 totalizaram o montante de 8.914,91 euros e a sua actividade, neste momento, resume-se à sua gestão corrente, atendendo a que está em fase de liquidação.

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido da empresa em 2014 atingiu o valor negativo de 5.409,48 euros. Propomos que o valor do Resultado Líquido do exercício seja levado à conta de Resultados Transitados.

4. PERSPECTIVAS FUTURAS

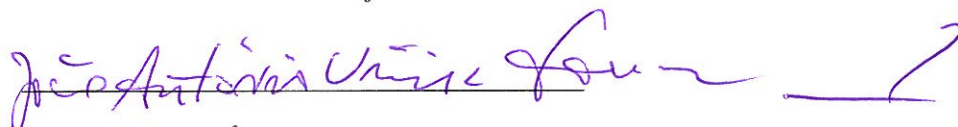

Nos termos da Lei 50/2012, a Ocidentalmais foi dissolvida e será liquidada nos termos da lei.

5. NOTAS FINAIS

Agradecemos aos nossos Clientes, Fornecedores, Entidades Financeiras e demais Entidades toda a colaboração e apoio que nos foi dado no desenvolvimento da nossa actividade

Lajes das Flores, 7 de Julho de 2015

O Conselho de Administração



**Ocidentalmais – Empresa Pública Municipal de Gestão e Equipamentos Económicos
Culturais Desportivos e de Lazer, EM**

Velosa, Silva e Marques e Trábulo, SROC

Praça Mouzinho de Albuquerque, 113 – 4.ª sala 807

4100-359 PORTO

Lajes das Flores, 7 de Julho de 2015

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito do vosso exame às demonstrações financeiras da **Ocidentalmais – Empresa Pública de Gestão e Equipamentos Económicos, Culturais, Desportivos e de Lazer, EM**, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, conducente à respectiva Certificação Legal das Contas.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

- Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respectivos suportes documentais e outros, assim como toda a correspondência relevante e as actas de todas as reuniões do Conselho de Administração e dos órgãos sociais.
- As demonstrações financeiras não se encontram afectadas por erros ou omissões materialmente relevantes.
- Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.
- Estão registados todos os activos de que a empresa é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados no Anexo.

- Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de imobilizações, resultantes de progresso tecnológico ou de condições de mercado, e as que existem foram devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.
- Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.
- Para além das constantes das demonstrações financeiras, não há quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados.
- Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.
- É completa a informação que vos foi prestada sobre a identificação das partes em relação de dependência e sobre os respectivos saldos e transacções.
- Não se verificaram acontecimentos subsequentes ao fecho das contas que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas.
- Não temos projectos ou intenções que de uma forma significativa possam afectar os saldos ou a classificação de activos ou passivos constantes das demonstrações financeiras.
- Não temos projectos ou intenções de abandonar ou reduzir actividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de existências, nem perdas de valor de imobilizações.
- A empresa cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
- Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidos ou não, diferidos ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.
- Não se verificaram irregularidades envolvendo os gerentes, directores ou empregados, que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- A empresa não tem qualquer responsabilidade com o pagamento de complementos de reforma aos funcionários / directores.
- Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer e afectem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
- É convicção da Administração que todos os créditos a receber, relevados nas contas de 31 de Dezembro de 2014, serão recebidos na totalidade não havendo riscos de incobrabilidade ou de perda de valor.

- Não temos projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações.
- Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afectar as demonstrações financeiras.

(O Presidente do Conselho de Administração)

João António Vieira Lourenço

(O Técnico Oficial de Contas)

[Assinatura]

